

Registro: 2012.0000669143

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000545-94.2010.8.26.0204, da Comarca de General Salgado, em que é apelante BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS e é apelado MARCOS MANOEL DIAS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO APELO. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CELSO PIMENTEL (Presidente), CESAR LACERDA E OSVALDO PALOTTI JUNIOR.

São Paulo, 11 de dezembro de 2012.

Celso Pimentel
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Voto nº 23.662

Apelação nº 0000545-94.2010.8.26.0204

Comarca de General Salgado

Apelante: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Apelado: Marcos Manoel Dias

28ª Câmara da Seção de Direito Privado

Certa a invalidez parcial e incontroverso o nexo, o autor, vítima de acidente de trânsito, faz jus à indenização proporcional sobre o montante de treze mil e quinhentos, segundo tabela da SUSEP, e ao reembolso das despesas médicas comprovadas, reduzindo-se, nas circunstâncias, o percentual da honorária de sucumbência.

Seguradora apela da respeitável sentença que acolheu em parte demanda condenatória ao pagamento de indenização de seguro obrigatório. Nega o nexo entre as despesas médicas e o acidente. Defende o montante estabelecido em ato normativo, observados o grau de incapacidade permanente e o limite da tabela de órgão estatal, e busca redução da honorária de sucumbência.

Vieram preparo e resposta.

É o relatório.

Vítima de acidente de trânsito em 12 de abril de 2009 (fls. 3 e 18/20), com “fratura da clavícula esquerda, tornozelo esquerdo e da patela direita” (fl. 154), o autor apresenta “debilidade permanente do membro inferior direito” (fl. 156), de

que lhe resultou incapacidade parcial e permanente, segundo o laudo pericial (fls. 153/157), confirmando-se a conclusão do laudo do IML (fl. 31).

Assim, certa a invalidez parcial e incontroverso o nexó com o acidente, o autor faz jus, segundo a tarifação constante da Tabela da SUSEP, a cinquenta por cento da indenização máxima de até treze mil e quinhentos reais, além dos seiscentos e trinta e sete reais e cinco centavos correspondentes ao reembolso das despesas médicas comprovadas (fls. 51/58), como estabelece o art. 3º, "c", "II" e "III" da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com a redação da Lei 11.482/07.

Todavia, o arbitramento da honorária de sucumbência, diante da simplicidade da causa, fica reduzido a dez por cento sobre a condenação.

Pelas razões expostas e apenas para o fim assinalado no parágrafo anterior, dá-se parcial provimento ao apelo.

Celso Pimentel
relator